

tenção, largamente divulgada, de executar a reforma cambial o que provocou, como é sabido, o tipo de compra que prevaleceu no mercado de 55 de "compra da mão para a boca" (c) na oposição a qualquer acordo internacional entre os países produtores de que lhe adviessem compromissos contrários à idéia da reforma de câmbio e, finalmente, (d) na determinação de uma tolerante fiscalização de embarques que, de fato, estimulou um pouco as exportações nos primeiros momentos mas terminou por oficializar o subfaturamento, que é hoje o grande cancro do comércio cafeeiro do Brasil.

Não houve, então, qualquer política de comercialização do café. A omissão do governo, observado que estava no problema angular da reforma do câmbio, em relação ao mercado internacional do café foi, se assim se pode dizer, a característica da administração Whitacker e da que lhe sucedeu no governo Café Filho.

O sr. Alkmin tem igualmente se absteio de qualquer intervenção nos negócios externos de café. De fato, mostrou-se a conjuntura comercial do café tão favorável, durante todo o ano de 56, à expansão das nossas exportações em níveis de preços estáveis e compensadores, que a ausência de uma efetiva política de café não fez a menor falta. A prova aí está, numa venda externa de 17,0 milhões de sacas, com um rendimento em ouro que chegou a imprimir saldo positivo superior a 300 milhões de dólares no balanço comercial brasileiro.

Devemos, no entanto, reconhecer que três medidas do atual sr. Ministro da Fazenda, repercutiram favoravelmente no mercado. A primeira, a resistência à pressão feita por conhecidos círculos comerciais, junto ao governo, para efeito do lançamento do ano passado dos nossos estoques de café no mercado internacional; as duas outras, a eliminação da expectativa de uma próxima reforma cambial que gerava retraimento na procura de café e o veto ao regulamento de embarques, votado pela Junta, que si fosse executado traria incalculável indisciplina à nossa oferta.

Dá a louvar o governo "por manter uma política que permitiu, no ano de 1956, uma exportação de 17,0 milhões de sacas", ha uma grande distância, precisamente aquela que separa a ação que diretamente produz da omissão que não atrapalha.

O governo não traçou nem executou qualquer política de exportação de café. Essa, a verdade. Mas, também não atrapalhou e só por isso devemos felicita-lo".

Em sua edição de 11 de Dezembro ultimo, o "Estado de S. Paulo", publicou destacadamente em suas colunas o seguinte comentário sobre as atividades da "Sociedade Rural Brasileira".

"Nos últimos anos, as autoridades federais tomaram a si o encargo de assegurar por uma variedade de medidas — aquisição de uma safra inteira, compras e vendas "simbólicas", modificações cambiais — a aquisição, a cotações razoáveis, de todo o algodão em caroço produzido nos Estados de São Paulo, Paraná e Goiás. Deste modo, a rentabilidade da cotonicultura tem estado inteiramente sujeita ao juízo do governo federal, circunstancia que fez desaparecer o interesse de muitos lavradores pela situação desse produto nos demais países e nos centros de consumo.

Discordando dessa conduta de curta visão, a Sociedade Rural Brasileira dedicou sua ultima reunião semanal ao estudo do problema algodoeiro. As discussões giraram principalmente em torno da qualidade das sementes, e isso em virtude da queda do comprimento medio da fibra. Trata-se de um fenomeno muito serio, por ter a queda dos preços, no exterior, atingido precipuamente os algodões de fibra de uma "polegada" e menos, algodões dos quais se compõe a maior parte das ultimas safras.

Com toda razão, um dos lavradores presentes à reunião convocada pela Sociedade Rural Brasileira salientou que exercendo o governo estadual o monopólio da produção e da venda de sementes, é grande a sua responsabilidade, pois corremos o risco de perdermos a nossa posição de tradicionais fornecedores de algodão de boa qualidade aos mercados estrangeiros. Em face dessa circunstancia, a entidade representativa da lavoura paulista se dirigirá ao governo estadual a fim de solicitar que sejam proporcionadas amplas facilidades de verbas e pessoal para a Secção de Algodão do Instituto Agronomico de Campinas, a fim de que os tecnicos desse órgão possam continuar e mesmo intensificar as pesquisas sobre novas variedades de

algodão, de fibras mais aptas a satisfazer as exigências do mercado. Aliás, houve também sugestões isoladas de que a importação de sementes estrangeiras deveria ser reiniciada, sugestão que apenas queremos registrar, sem opinar sobre ela, já que no momento cuidamos apenas do aspecto economico e comercial do problema.

Na discussão realizada na Sociedade Rural Brasileira foi ainda feito um apelo aos lavradores para que adotem de maneira intensiva as necessárias praticas conservacionistas na cultura de algodão. Não menos necessario para que seja reestabelecida a capacidade competitiva de nosso algodão nos mercados mundiais parece-nos um maior e mais correto emprego de adubos e inseticidas e de metodos racionais de produção e de colheita. A solução do problema é menos de ordem financeira, do que de esclarecimento dos lavradores e de assistencia tecnica a eles dedicada. A favor de nossa tese depõem os resultados excelentes conseguidos nos campos de Cooperação da Comissão Especial de Algodão; nos quais o rendimento por alqueire é consideravelmente superior ao rendimento medio obtido no Estado. Tanto as autoridades quanto os proprios lavradores devem compreender que o futuro da economia algodoeira, inclusive sua contribuição para o equilibrio da balança internacional de pagamentos, depende, em ultima instancia, da qualidade e do preço do produto, sendo este, em grande parte, resultado do rendimento por alqueire. Nos demais países produtores, o comprimento da fibra se eleva e a produção por unidade geografica aumenta, ao passo que em nosso Estado o comprimento declina e o rendimento por alqueire fica estagnado. Se ante os progressos conseguidos pelos nossos concorrentes não recuperarmos o terreno perdido, passando em seguida a aperfeiçoar a produção, as nossas vendas aos mercados externos terão de diminuir fatalmente, mesmo que o governo federal se disponha, sempre de novo, a modificar a taxa cambial relativa ao algodão."